

Turismo e desenvolvimento local: uma análise com base em indicadores socioeconômicos do município de Iguai, Bahia

José Antônio Santos da Silva¹ ; Marisa Oliveira Santos² 

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Citação deste Artigo (ABNT)

DA SILVA, José Antônio Santos; SANTOS, Marisa Oliveira. Turismo e desenvolvimento local: uma análise a partir de indicadores socioeconômicos do município de Iguai/Bahia. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, [S. l.], v. 22, n. 3, [s.d.]. DOI: 10.22481/ccsa.v22i3.18329.

Recebido em: 04/10/2024.

Aprovado em: 13/10/2025.

Autor para Correspondência

José Antônio Santos da Silva
joseantoniooss.info@gmail.com.



Copyright: © 2025 Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas.

This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license.

Resumo O turismo é uma atividade econômica com potencial para movimentar diferentes segmentos da economia e causar modificações socioespaciais. O ecoturismo é uma modalidade específica de turismo que se concentra na sustentabilidade, no respeito e conservação do patrimônio natural, material e imaterial de uma sociedade e na promoção da educação ambiental. O turismo é uma realidade que começa a provocar desdobramentos e transformações em Iguai, Bahia, devido ao número expressivo de atributos de que o município dispõe, como nascentes, cachoeiras, cascatas, rios e riachos. O objetivo geral deste artigo é, pois, analisar esse cenário com base em indicadores socioeconômicos e pensar políticas de desenvolvimento local por meio do turismo. A pesquisa é teórico-empírica, de caráter exploratório, e utiliza revisão de literatura, análise documental e observação para alcançar o objetivo. Os resultados demonstram que os indicadores socioeconômicos de Iguai estão abaixo da média do território de identidade Médio Sudoeste, assim como da média estadual e nacional. Diante disso, o ecoturismo surge como a modalidade mais viável e coerente para o desenvolvimento local, visto que alinha a atividade econômica ao respeito e conservação do meio ambiente. Para tanto, o município necessita de um projeto de desenvolvimento que considere o (eco)turismo um vetor de transformação da realidade local.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Ecoturismo. Indicadores socioeconômicos. Médio Sudoeste. Sustentabilidade.

Tourism and local development: an analysis based on socio-economic indicators in the municipality of Iguai, Bahia

Abstract: Tourism is an economic activity with the potential to drive different segments of the economy and cause socio-spatial changes. Ecotourism is a specific type of tourism that focuses on sustainability, respect and conservation of a society's natural, material, and immaterial heritage, and the promotion of environmental education. Tourism is a reality that is beginning to cause developments and transformations in Iguai, Bahia, due to the significant number of attributes that the municipality has, such as springs, waterfalls, rivers, and streams. The general objective of this article is, therefore, to analyze this scenario based on socioeconomic indicators and to consider local development policies through tourism. The research is theoretical-empirical, exploratory in nature, and uses literature review, documentary analysis, and observation to achieve its objective. The results show that the socioeconomic indicators of Iguai are below the average for the Mid-Southwest identity territory, as well as the state and national averages. Given this, ecotourism emerges as the most viable and coherent modality for local development, since it aligns economic activity with respect for and conservation of the environment. To this end, the municipality needs a development project that considers (eco)tourism a vector for transforming the local reality.

Keywords: Local development. Ecotourism. Socioeconomic indicators. Middle Southwest. Sustainability.

Introdução

O turismo foi uma das atividades econômicas que mais sofreu os impactos da pandemia de Covid-19. A recessão ocorreu em todo o mundo. Apesar desse contexto, o setor volta a crescer depois de 2022. O Brasil possui um enorme potencial turístico, devido à rica biodiversidade, à vasta extensão territorial e às belezas naturais, culturais e patrimoniais, entre outros atributos.

A Bahia é um dos estados brasileiros em que o turismo tem bastante relevância na economia estadual, especialmente em razão do extenso litoral, da cultura, do patrimônio material e imaterial, de cenários como a Chapada Diamantina e do turismo religioso de Bom Jesus da Lapa, para citar alguns exemplos.

Em Iguai, no interior da Bahia, o turismo começa a despontar como vetor de desenvolvimento local e já provoca mudanças socioespaciais e socioeconômicas. O município tem um potencial natural, principalmente hídrico, e se destaca em virtude da significativa quantidade de cachoeiras e dos incipientes investimentos do poder público e da iniciativa privada. O aumento do fluxo turístico nessa região pode criar e fortalecer redes de comércio e serviços, assim como movimentar demais setores econômicos (Santos; Maia, 2022; Barbosa, 2005).

Iguai apresenta, no entanto, indicadores¹ socioeconômicos que caracterizam um frágil desenvolvimento social e econômico. Em 2020, o investimento da administração pública no PIB ultrapassou a taxa de 40%. O município terá de vencer o desafio de consolidar o turismo para promover o crescimento da economia e da população local. Segundo Buarque (2002), esse dever envolve exploração das potencialidades e das vantagens competitivas dos recursos do território, de modo a impulsionar a dinamização econômica sem desprezar a conservação desses recursos e a sustentabilidade ambiental.

Dessa maneira, buscou-se, ao longo desta pesquisa, responder à seguinte pergunta: de que forma o turismo em Iguai pode contribuir para o desenvolvimento local? Contextualizar e problematizar essa questão pode contribuir para

identificar os desafios estruturais e oferecer base teórica para a intersectorialidade nas políticas públicas. Se, por um lado, aspectos endógenos conferem vantagem competitiva ao município, por outro, precisam de gerenciamento estatal e social para a efetivação das políticas públicas de desenvolvimento local e regional. O objetivo geral deste artigo é analisar o cenário do município de Iguai e, com base em indicadores socioeconômicos, pensar em políticas de desenvolvimento local por meio do turismo.

Em um período marcado pela exclusão social e precarização das relações de trabalho (Antunes, 2018), propor alternativas que viabilizem a geração de renda e modelos sustentáveis e inclusivos de desenvolvimento local é uma necessidade das instituições que buscam promover o bem-estar coletivo e também uma tarefa da academia. A presente pesquisa é relevante porque investiga sobre uma atividade econômica que, se bem gerida, pode impactar positivamente a cadeia produtiva do turismo (Barbosa, 2005).

O turismo como atividade econômica e o ecoturismo

Não existe um conceito único de turismo, mas diferentes modos de compreendê-lo. Barbosa (2005, p. 108) considera que o turismo funciona como uma rede de trocas e um vetor de dinamização econômica. Segundo o autor, trata-se de “uma força econômica das mais importantes do mundo. Nele ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos quais a oferta e a procura encontram-se”.

A despeito de diferentes concepções e aplicações do turismo, neste trabalho, utilizaremos a visão acadêmico-científica, conforme Panosso Netto (2013, p.17), “[...] o turismo está relacionado com possibilidade de inclusão social; desenvolvimento de ações para minimizar seus impactos negativos e maximizar os positivos; [...] produção de conhecimentos críticos na busca de sua melhor compreensão; implantação de políticas públicas de turismo[...]”.

A Lei n.º 12.933/2014 institui a Política Estadual de Turismo da Bahia e conceitua: “atividade econômica decorrente de viagens e

¹ Tais indicadores serão apresentados e discutidos ao longo do artigo.

respectivas permanências das pessoas em lugares distintos dos que vivem, por período de tempo inferior a 01 (um) ano consecutivo e superior a 24 (vinte e quatro) horas, com a finalidade de lazer, negócios, cultura, religião, entretenimento e outros” (Bahia, 2014). Evidenciam-se, nessa definição, o caráter multifatorial do turismo, cuja finalidade é diversa, e diferentes perspectivas para os agentes envolvidos na referida atividade.

O turismo no Brasil passou por fases e assumiu diferentes dimensões, mas foi durante a expansão do consumo entre as classes médias urbanas (décadas de 1960 e 1970) e as tentativas de promover, ambigualmente, a imagem do país no exterior, que a atividade passou a ter mais investimentos estrangeiros e dos governos da época. A Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), por exemplo, foi criada em 1966 (Müller *et al.*, 2011).

A profissionalização do turismo e os investimentos se justificam por ser essa uma atividade com diferentes dimensões (econômicas, culturais e sociais). Verifica-se um efeito multiplicador na necessidade de o turista consumir produtos e serviços, tais como artesanato, alimentos, transportes, hospedagem, entre outros. Tal circunstância gera um incremento da receita em diferentes ramos e demanda, dos setores público e privado, mais investimentos e ampliação da infraestrutura (Barbosa, 2005).

De acordo com a estimativa do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, o turismo movimentou, em 2023, cerca de US\$ 9,5 trilhões em todo o mundo, o que representa 9,2% do PIB mundial e 24 milhões de empregos (Rosa, 2023). No estado da Bahia, o Boletim de Análise Conjuntural do Turismo da Bahia, produzido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), divulga que a atividade cresceu 23,4% em 2022. Além disso, o turismo representava, em 2019, antes do período de pandemia de Covid-19, cerca 4% do PIB estadual e empregava 103.452 mil trabalhadores em 2022, somente no estado da Bahia (BRASIL, 2022; SEI, 2022). Nessa seara, visto que o Brasil possui uma das maiores biodiversidades do mundo, o ecoturismo é uma modalidade em expansão. Ocorre, no entanto, que o turismo de natureza também lida com contradições, pois “com a crescente procura, o ecoturismo passa a ocupar um

espaço rentável no mercado de turismo, fato que irá impactar significativamente as realidades locais, que concebem o usufruto dos recursos naturais como meio de sobrevivência” (Silva, *et al.* 2021, p. 369). Tais impactos nem sempre são positivos e algumas populações sofrem com o desrespeito aos seus territórios, com a degradação de áreas ambientais, especulação imobiliária, desmatamento, poluição e outros problemas.

O turismo está entre os recentes fenômenos de mercado que se consolidaram enquanto atividade de grande importância econômica, promovendo a transformação dos territórios onde se desenvolve por requerer estruturas próprias para sua existência. A sua lógica de produção espacial traz valor de uso a espaços que antes não eram apropriados pelo mercado. O turismo, assim como outras atividades antrópicas, também gera impactos negativos à natureza, principalmente quando desenvolvido de forma descontrolada e concentrada no tempo e no espaço (Lobo; Moretti, 2008, p. 44).

Uma das características fundamentais do ecoturismo é a correlação com a sustentabilidade ambiental. Nessa atividade, incluem-se compromissos como responsabilidade social e conservação do patrimônio natural, material e imaterial da sociedade, para promover a educação ambiental. Sobre essa concepção do ecoturismo, Silva *et al.* (2021, p. 370) afirmam “é mais do que a apropriação dos recursos naturais para fins de turismo e lazer, é, sobretudo, um compromisso com o desenvolvimento sustentável, um turismo que estabelece a sua participação econômica pautada na preservação e conscientização ambiental[...]”. O ecoturismo é, por isso, uma força que pode contribuir para o desenvolvimento local, devido à preocupação e interdependência dessa atividade com aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos de determinada localidade, uma vez que a prática busca aliar benefícios econômicos para a população local com a preservação ambiental, cultural e de saberes.

Desenvolvimento local e turismo

O desenvolvimento regional no Brasil ocorre historicamente de maneira desigual. Se a chamada industrialização tardia alcançou determinadas áreas, em outras, tal feito nunca se

concretizou. Prova disso é que atividades de agropecuária extensiva, grandes latifúndios improdutivos e superexploração da mão de obra continuam conformando o cenário de vários territórios do país.

Prebisch (2000, p. 454) analisa o desenvolvimento da América Latina em comparação à totalidade do continente e afirma categoricamente “faz um século que nossas economias se articularam com a economia internacional e metade da população ainda vegeta em formas pré-capitalistas, incompatíveis com suas crescentes aspirações econômicas e sociais”. Em suma, apesar das parcerias comerciais com diferentes países e das iniciativas de industrialização, a América Latina convive com realidades ainda marcadas por relações de subordinação de pessoas e países às dinâmicas dos países dominantes e das classes trabalhadoras às elites internas.

Mais precisamente sobre desenvolvimento local, Milani (2004, p.96) assevera que “pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais - vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar - que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local”. Com base nesse julgamento, compreende-se que a efetiva participação da população nas decisões e políticas públicas contribui para transformar a realidade, com vistas à consecução de um projeto de desenvolvimento local.

A ideia de projeto denota, portanto, criação de uma estrutura temporária para atingir determinado objetivo. Sendo assim, o projeto de desenvolvimento local perpassa, sobretudo, pela comunicação entre administração pública municipal, demais entes da federação e agentes sociais. Buarque (2002, p. 26) argumenta que o desenvolvimento local deriva de “um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade”.

O turismo é, por conseguinte, uma atividade que pode e deve ser incluída na agenda política e econômica, inclusive de pequenos municípios brasileiros, para integrar um projeto de transformação da realidade local, visto que o sistema de redes de troca e consumo contribui

para gerar renda em áreas onde se explora essa prática (Barbosa, 2005). O desenvolvimento do turismo pode impactar positivamente, por exemplo, localidades com baixo dinamismo econômico, em especial, aqueles municípios que dependem mais de transferências externas. Desse modo, “o turismo com base local ou regional constitui numa mediação possível de dar algum dinamismo econômico aos lugares, representada pela possibilidade de geração local ou regional de ocupação e renda [...]” (Barbosa, 2005, p.111).

De acordo com Buarque (2002, p. 25), “o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. O potencial turístico de uma localidade é, pois, uma vantagem competitiva que pode dinamizar as redes de serviços, o comércio e indústria locais e proporcionar melhorias na qualidade de vida da população.

Oliveira (2020, p. 1704) suscita a ampliação do conceito de desenvolvimento local. A proposta é retirar a atenção exclusiva dos aspectos materiais e econômicos e incluir categorias mais subjetivas, como valores, respeito e coexistência do ser humano com as demais formas de vida.

O conceito de desenvolvimento local tende a ser cada vez mais interpretado como a conquista de condições culturais, institucionais, éticas, políticas e certamente econômicas, que promovem a transformação do homem em verdadeiros seres humanos dotados de dignidade, subjetividade, sociabilidade e transcendência em que coexistem suas características biológicas e espirituais [...] (Oliveira, 2020, p. 1704).

O conceito de desenvolvimento local formulado por Oliveira (2020) remete ao Bem Viver descrito por Acosta (2016). Refere-se a um paradigma que, em suma, compreende não apenas a harmonia dos seres humanos, mas também com a natureza e demais formas de vida. Esse modelo se fundamenta na prática de comunidades que buscam autonomia, pautadas em relações de produção que respeitem as dinâmicas do tempo e da natureza.

Diante disso, conclui-se que existem diferentes formas de descrever o desenvolvimento

local, pois este não é um fenômeno único e replicável em diferentes realidades. A historicidade da formação da localidade é um fator que permite explicar padrões de acumulação e desigualdades presentes em pequenos municípios, especialmente os do interior da região Nordeste do Brasil que, não raro, foram alijados do processo de industrialização e de investimentos robustos em setores produtivos de maior valor agregado. A dinâmica rural é uma realidade de grande parte dos pequenos municípios, mas, diferentemente do que se denomina bucólico, no campo, existem disputa de interesses e conflitos permanentes, sobretudo o agrário. Para tornar-se perene, o desenvolvimento local precisa de uma matriz sustentável e socialmente justa, de modo que todos se beneficiem das modificações socioeconômicas e socioespaciais decorrentes das intervenções humanas no território.

Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conversação dos recursos locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (Buarque, 2002, p. 25).

Sendo assim, mudanças socioeconômicas e socioespaciais são inevitáveis, pois a ação humana sobre a sociedade e a natureza é contínua. Um projeto de desenvolvimento econômico não se restringe, portanto, a um crescimento econômico contínuo, pois normalmente esse crescimento não contempla toda a população. Com base na literatura analisada, a proposta de desenvolvimento local perpassa pelo protagonismo social, já que a população deve ser agente de transformação e a principal beneficiária. Para tanto, os projetos devem se adaptar à realidade da área, explorar as vantagens competitivas e promover a conservação dos recursos. A seguir serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste artigo.

Procedimentos metodológicos

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o cenário do município de Iguai com base em indicadores socioeconômicos e pensar políticas de desenvolvimento local por meio do turismo. Para tanto, empregou-se a pesquisa exploratória, uma metodologia cujo propósito é “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (Gil, 2008, p. 27). Mesmo que pouco estruturado (Santos; Maia, 2022), o desenvolvimento do turismo em Iguai é um tema com potencial para desdobramentos, inclusive em diferentes perspectivas e áreas do conhecimento, devido à dinamicidade e aos impactos da atividade turística no município (Barbosa, 2005).

Para a análise dos conceitos de desenvolvimento local, a revisão de literatura fundamentou-se principalmente nas seguintes obras: Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento, de Sergio C. Buarque (2002); Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil), de Carlos Milani (2004); Desenvolvimento local: *Quo Vadis?*, de Nilton Marques de Oliveira (2020).

Ademais, este estudo possui caráter teórico-empírico, visto que seu referencial contribui para analisar as transformações socioeconômicas decorrentes do turismo. Os pesquisadores puderam conferir *in loco* atributos naturais do município de Iguai e o impacto do turismo nas paisagens locais. Em cumprimento ao caráter empírico da pesquisa (Demo, 1995), a observação ocorreu entre os dias 02 e 05 de janeiro de 2024, quando foi realizada uma visita aos locais de instalação das placas de orientação aos turistas, dispostas em diversos pontos do município de Iguai, e à Cachoeira do Dino, principal atrativo da localidade. Essa dinâmica pretende utilizar os sentidos dos pesquisadores para apreender aspectos da realidade social do ambiente (Marconi; Lakatos, 2017), no caso em questão, o processo de estruturação do turismo no município de Iguai.

É possível dizer que esta pesquisa tem natureza qualitativa, visto que decorre da análise dos resultados com base nos pressupostos do

referencial teórico, e documental, porque utiliza, por exemplo, o Diário Oficial do Município de Iguai para obter informações sobre a estrutura da administração pública municipal no quesito turismo. A pesquisa qualitativa “preocupa-se em conhecer a realidade segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados” (Zanella, 2013, p. 99). É também uma pesquisa quantitativa, cujo método tem o objetivo de “descobrir quantas pessoas de uma determinada população compartilham uma característica ou um grupo de características” (Zanella, 2013, p. 96). A quantificação dos indicadores socioeconômicos e a identificação do município de Iguai foram feitas por meio de dados secundários extraídos de fontes oficiais como IBGE, SEI, Ministério do Turismo, entre outras, conforme será apresentado nos próximos capítulos.

Indicadores socioeconômicos do município de iguai

Iguai tornou-se município em 12 de dezembro de 1952. Seu nome tem origem tupi-guarani e significa “fonte de beber água”, em referência à riqueza hídrica do município, observada pelos povos indígenas que habitam(vam) a região (IBGE Cidades, s.d.). No tocante à demografia, a população local não apresentou variações expressivas nas últimas cinco décadas. Entre 2010 e 2022, no entanto, o município perdeu mais de quatro mil moradores, conforme demonstra a Tabela 1. O mercado de trabalho, com poucas oportunidades de emprego formal e altamente dependente da administração pública, de acordo com os indicadores econômicos que serão apresentados neste capítulo, podem ser fatores que contribuíram para a queda populacional, visto que principalmente os mais jovens emigram para outros centros urbanos do país e do exterior, tanto interessados em ocupar uma vaga de emprego quanto em continuar o processo de escolarização e qualificação profissional.

Tabela 1 – Variação da população de Iguai entre 1970 e 2022

Ano	População	Variação (%)
2022	21.491	-16,39
2010	25.705	+2,27
2000	25.134	+9,35
1991	22.984	-2,42
1980	23.555	-0,6
1970	23.696	-

Fonte: IBGE. Censo – Séries Históricas. Disponível em <https://encurtador.com.br/jk259>.

Em relação à economia, o PIB municipal foi de aproximadamente 230,82 milhões de reais, o que resultou em um PIB *per capita* de R\$ 8.560,73, em 2020, e na posição 5097º entre os 5.570 municípios brasileiros. Outro dado relevante, o mercado de trabalho local é fundamentalmente informal, pois apenas 5,5% da população estava ocupada em 2020 (IBGE Cidades, 2022). A economia baseia-se em serviços, principalmente os da administração pública, seguidos dos privados, comerciais, agropecuários e, em menor escala, industriais, conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 2 – Composição do PIB de Iguai em 2020

Setor da Economia	Valor adicionado (R\$ milhões)	Total (%)
Agropecuária	38,00	16,46
Indústria	9,17	3,97
Serviços	72,38	31,36
Administração Pública	101,19	43,84
Impostos sobre produtos	10,09	4,37
Total	230,82	100%

Fonte: SEI; IBGE, 2022. Elaborado pelos autores (2023). Disponível em <https://bityli.com/Uxf3R>.

Ao analisar mais detalhadamente o setor agropecuário do município com base nos dados do Censo de 2017, verifica-se a existência de 2.013 estabelecimentos, sendo 1.208 de criação de gado bovino, o que totaliza 45.857 animais. Quanto à agricultura, os estabelecimentos com 50 ou mais pés são destaques na Tabela 3.

Tabela 3 – As cinco maiores produções agrícolas de Iguai por número de estabelecimentos

Produto	Nº de estabelecimentos	Produção (toneladas)	Valor da produção (R\$)
Cacau	945	260	1.730.760
Mandioca	379	968	1.447.661
Banana	367	1.273	1.298.870
Café	75	23	143.908
Cana-de-açúcar	41	1.730	1.424.380
Total	1807	4.254	6.045.579

Fonte: Censo agropecuário 2017, IBGE. Elaborado pelos autores (2024). Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/iguai/pesquisa/24/76693>.

Na área social, o desenvolvimento humano municipal é classificado de baixo, pois o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 2010, era de apenas 0,552, superior a 0,411, registrado em 2000 e a 0,267, em 1991 (IBGE Cidades, s.d.). Esse índice considera três dimensões, renda, educação e saúde, sendo que o número mais próximo de 1 representa maior desenvolvimento humano. Se comparado a outros municípios do território de identidade Médio Sudoeste, Iguai está à frente apenas de Nova Canaã. Significa que o desenvolvimento local daquele perpassa fundamentalmente pelo desenvolvimento social. O IDHM do Censo do IBGE de 2022 ainda não foi divulgado. Após a publicação, uma análise histórica e comparativa dos dados pode revelar se o município avançou nesse indicador nos últimos 12 anos.

Tabela 4 – Municípios do Médio Sudoeste e a evolução do IDHM entre 1991 e 2010

Municípios	IDHM 2010	DHM 2000	IDHM 1991
Caatiba	0,561	0,348	0,262
Firmino Alves	0,578	0,472	0,341
Ibicuí	0,584	0,424	0,305
Iguai	0,552	0,411	0,267
Itambé	0,578	0,390	0,332
Itapetinga	0,667	0,529	0,398
Itarantim	0,610	0,443	0,298
Itororó	0,594	0,444	0,322
Macarani	0,605	0,449	0,309
Maiquinique	0,576	0,420	0,299
Nova Canaã	0,545	0,392	0,258
Potiraguá	0,625	0,416	0,311
Santa Cruz da Vitória	0,610	0,430	0,308

Fonte: IBGE Cidades, Pesquisa Índice de Desenvolvimento Humano. Elaborado pelos autores.

Em 2010, o IDHM da Bahia era 0,660 e apenas o município de Itapetinga, no território de identidade Médio Sudoeste, ultrapassou o índice estadual. No Brasil, o IDHM em 2010 era 0,727, um índice considerado alto de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Apesar de ter evoluído nas últimas décadas, o IDHM de Iguai continua abaixo do índice do território de identidade (conforme detalha a Tabela 4) e do índice estadual e nacional.

No campo da educação e escolarização, o município também enfrenta indicadores abaixo da média estadual. A expectativa de anos de estudos em 2010, por exemplo, é de apenas 6,78 anos, enquanto na Bahia é de 8,63 anos (IBGE Cidades, s.d.; Atlas Brasil, s.d.). A taxa de analfabetismo entre a população maior de 15 anos de idade é de 27,8%, enquanto no estado da Bahia esse índice era de 16,3% em 2010 (SEI, 2019)². O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2021, em Iguai, foi de 4,7 nos anos iniciais do ensino fundamental, próximo dos 4,9 registrados

² A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2023 (PNAD Contínua 2023) mostrou que a taxa de analfabetismo na Bahia caiu para 10,2%, mas ainda acima do índice nacional, que foi de 5,4%. Os dados mais recentes sobre o analfabetismo (Censo 2022) ainda não foram divulgados. Disponível em <https://encurtador.com.br/hrzY1>. Acesso em: 23 mar. 2024.

na Bahia; nos anos finais do ensino fundamental, o índice é de 3,8, enquanto na Bahia é de 4,2. No Brasil, esses índices são de 5,9 e 5,0 respectivamente (Brasil, 2022).

Por meio dos indicadores demografia, economia, desenvolvimento humano e educação, apresentados ao longo deste capítulo, verifica-se que o município carece de políticas públicas efetivas, sobretudo nas áreas econômica e social. A estruturação do turismo no município pode contribuir para dinamizar a economia e gerar renda em duas situações: à medida que a composição do PIB municipal for capaz de reduzir a forte dependência da administração pública e influenciar o aumento progressivo do PIB *per capita*; quando os conceitos preconizados pelo ecoturismo (educação ambiental e patrimonial, valorização dos saberes e cultura locais, preservação ambiental e outros) forem incorporados ao cotidiano da população.

Apesar de possuir indicadores que o classificam de município econômica e socialmente frágil em desenvolvimento, Iguai dispõe de uma reserva ambiental reconhecida pelo poder público. Bem gerenciada, por meio de um viés de desenvolvimento e não apenas de crescimento econômico concentrado, essa riqueza poderá causar transformações na dinâmica socioeconômica do município. Os indicadores sobre o turismo no município serão analisados no próximo capítulo.

Indicadores do turismo em iguai

Localizado no território de identidade Médio Sudoeste da Bahia, Iguai tem uma composição territorial de 860,223 km² (IBGE Cidades, s.d.; Sei Bahia, 2013) e “aproximadamente 2.000 nascentes, 180 cachoeiras e cascatas, inúmeros rios e riachos e pela grande beleza cênica dos vales e serras [...]” (Bahia, 2006). Esse potencial hidrográfico e ambiental do município revela capacidade para o desenvolvimento local do ecoturismo e foi um dos fundamentos para o governo estadual criar a Área de Proteção Ambiental (APA) Serra do Ouro, em 2006. A Figura 1 mostra a Cachoeira do Dino, um dos principais atrativos turísticos do município.

Figura 1 – Cachoeira do Dino em Iguai, Bahia



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Diante desse contexto, o município inclui-se no Mapa do Turismo (instituído pelo Ministério do Turismo em 2013), na Zona Turística Caminhos do Sudoeste, e torna-se uma das 13 regiões turísticas do estado da Bahia. O chamado zoneamento turístico tem o objetivo de mapear as áreas e os municípios com eminentes atrativos, bem como descentralizar e difundir o turismo em regiões onde a atividade é pouco explorada, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de políticas públicas focalizadas. Os municípios que integram a Zona Turística Caminhos do Sudoeste são Iguai, Itagi, Jequié, Maracás e Vitória da Conquista (Brasil, 2022).

De acordo com o Boletim das Atividades Características do Turismo da Bahia, a região Caminhos do Sudoeste correspondia a 3,9% do Estado e o zoneamento “tem como atrativo principal o clima com temperaturas amenas, riquezas naturais, trilhas e cachoeiras, os municípios de Vitória da Conquista, Jequié, Maracás e Iguai são os principais destaques” (SEI, 2022, p. 4). As atividades relacionadas ao turismo geraram 346 empregos formais na Zona Turística Caminhos do Sudoeste no ano de 2022, resultado de um total de 2.684 admitidos e 2.338 desligados (SEI, 2022). O setor de hospedagem no município

de Iguai emprega 48 trabalhadores, distribuídos em oito empreendimentos formais no ano de 2025. Esses estabelecimentos disponibilizam 352 leitos, número que evidencia uma capacidade instalada significativa, em face da demanda turística local, e o papel relevante desse segmento na infraestrutura turística municipal, com potencial para ampliação (Brasil, 2025).

A localização de Iguai pode ser considerada um fator positivo, pois o município está perto de importantes cidades do interior da Bahia, como Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Itapetinga, Jequié, Ipiauí e Poções, e integra as demais rotas estaduais e nacionais da BA 262. A Figura 2 e o Mapa 1 mostram o município no Mapa do Turismo. A proximidade de cidades do interior, centros regionais que contam com um mercado consumidor dinâmico, amplia o seu potencial de turismo.

Figura 2 – Localização de Iguai, Bahia



Fonte: Google Imagens Mapa do Turismo, 2024.

Mapa 1 – Iguai na Bahia e território do município



SRC - Sistema de Coordenadas - SIRGAS 2000/ UTM zone 24S

Elaboração: Jéssica Rocha Ferreira
Bióloga

Fonte: SRC. Elaborado por Jéssica Rocha Ferreira, 2024.

Sobre o potencial do ecoturismo em Iguai/Bahia, a pesquisa de Santos e Maia (2022) mostra que o município já conta com modificações socioespaciais e investimentos públicos e privados na infraestrutura para aumentar o fluxo de visitantes. São exemplos: instalação de placas de sinalização para orientar moradores e turistas; criação e ampliação de

balneários naturais e artificiais; abertura de pousadas e restaurantes. Em 2022, o município recebeu 5.919 visitantes domésticos e 55 visitantes internacionais, conforme o Mapa do Turismo (Brasil, 2022). As Figuras 3 e 4, registradas em janeiro de 2024, demonstram algumas das mudanças decorrentes da estruturação do turismo no município.

Figura 3 – Placas de sinalização de balneários



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Figura 4 – Placas de sinalização de cachoeiras



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

O município de Iguai possui diferentes atores envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo local. A pesquisa documental apresenta alguns desses participantes, entre eles estão os membros do Conselho Municipal de Turismo Eco Social Responsável. Instrumento de controle social da atividade turística no município, esse setor foi instituído pela Lei n.º 257, de 13 de novembro de 2015 (Iguai, 2015).

A Secretaria Municipal de Turismo, criada pela Lei n.º 130/2008, é responsável por gerir a Política Municipal de Turismo, instituída pela Lei

municipal n.º 257/2015. Dessa forma, entre outras providências, contribui para a Política Municipal de Turismo Eco Social Responsável e para as ações do Sistema Municipal de Turismo (Iguai, 2015).

Apesar do vislumbre da riqueza ambiental e das incipientes melhorias na infraestrutura municipal, é preciso aprofundar o debate em pesquisas que investiguem os impactos do turismo no município, especialmente no tocante às transformações socioespaciais e socioeconômicas, uma vez que essa atividade pode alterar a dinâmica do território, tanto no âmbito local quanto regional (Barbosa, 2005). Sobre os investimentos da administração pública no turismo em Iguai, Santos e Maia (2022, p. 122) afirmam:

[...] para que haja investimentos é importante que o poder público desenvolva ações para o ordenamento e estruturação das atividades de turismo. Apesar das modalidades de turismo de natureza não carecerem de muitos equipamentos e infraestruturas para a sua realização, há certos equipamentos básicos que são fundamentais para o crescimento da atividade. A presença de guias turísticos, por exemplo, é fundamental para que as práticas de turismo ocorram de forma segura, no entanto, o município necessita de guias preparados e credenciados.

Os autores chamam atenção para um elemento central no processo de desenvolvimento do turismo local, a presença de guias devidamente credenciados e preparados. Esses profissionais desempenham um papel estratégico na condução das experiências turísticas porque asseguram tanto a segurança dos visitantes quanto a interpretação ambiental e cultural dos atrativos. Os guias contribuem para o desenvolvimento sustentável do setor e fortalecem o vínculo entre comunidade, natureza e visitante. Desse modo, favorecem a disseminação de um modelo de turismo mais responsável e integrado às realidades locais.

De acordo com as indicações presentes, verifica-se o potencial de Iguai para o desenvolvimento local. A beleza cênica e as incipientes iniciativas de melhoria da infraestrutura são atributos que ajudam a explorar o turismo. Ao mesmo tempo, o município depara-se com indicadores socioeconômicos que apontam

para a necessidade de políticas públicas integradas para efetivar essa atividade. O turismo é uma força importante para o município, mas precisa ser trabalhado em uma perspectiva holística, que contemple preceitos do ecoturismo, como geração de emprego e renda, preservação e educação ambiental, valorização cultural, participação política dos cidadãos, entre outros.

O ecoturismo, ao integrar dimensões ambientais, educacionais e econômicas, pode atuar diretamente sobre as fragilidades apontadas, estimular a educação ambiental e patrimonial da população, promover a valorização dos saberes tradicionais e oferta de trabalho qualificado, como formação e credenciamento de guias turísticos locais. Essa profissionalização cria fontes de renda, contribui para reduzir o êxodo de jovens em busca de oportunidades fora do município e fomenta o empreendedorismo associado a serviços turísticos. A dinamização do setor pode, ademais, impactar positivamente o PIB municipal, reduzindo a dependência do setor público e promovendo uma economia mais diversificada e resiliente (Barbosa, 2005; Panosso Netto, 2013). Planejado com base nos princípios de sustentabilidade e participação social, o turismo pode ser um vetor estratégico de transformação socioeconômica de Iguai e, conseqüentemente, estabelecer a correspondência entre crescimento econômico, inclusão social e conservação ambiental.

Considerações finais

A atividade turística é dinâmica, com potencial para desenvolver uma cadeia de consumo. Todas as ações decorrentes do turismo e voltadas à sua promoção e organização devem contar, no entanto, com gerenciamento social, estatal e privado, para garantir não apenas a sustentabilidade dos serviços, mas, principalmente, a preservação da natureza e o patrimônio material e imaterial da localidade.

A profissionalização do turismo no município de Iguai é incipiente, uma vez que os investimentos dos agentes privados no setor dependem também da capacidade de o poder público ordenar a estrutura das atividades, conforme se verifica na importância da

participação da administração pública no PIB municipal. Por essa razão, o desenvolvimento do ecoturismo será benéfico à medida que impulsionar a criação de vagas de emprego e promover distribuição de renda mais igualitária entre a população, bem como políticas públicas intersetoriais, por exemplo, educação, trabalho, meio ambiente, cultura, assistência social e segurança pública.

Diante desse contexto, o desenvolvimento do turismo em Iguai encontra, na vertente ecológica, uma simbiose da natureza com características ímpares, na vertente social, uma população trabalhadora sem perspectivas, com índices de desenvolvimento socioeconômico abaixo das médias territorial, estadual e nacional, conforme mostram alguns indicadores. Bresser-Pereira assevera (2006, p. 9) “para que haja desenvolvimento é essencial que haja um processo de crescimento da renda por habitante, ou do produto agregado por habitante, ou da produtividade. Não existe desenvolvimento sem que a produção e a renda média cresçam”. Sendo assim, infere-se que o desenvolvimento realmente acontece quando a população dispõe de renda suficiente para garantir suas necessidades, de meios materiais e autonomia para se organizar enquanto sociedade.

Estudos de diferentes áreas do conhecimento e abordagens que explorem empiricamente outras dificuldades relacionadas ao desenvolvimento do turismo em Iguai podem contribuir para a discussão e levantar novas hipóteses e problemas de pesquisa. A criação de empregos verdes, por exemplo, é importante para a preservação do meio ambiente e para conter o avanço das mudanças climáticas. Projetos de educação ambiental, de preservação da cultura, saberes locais e memória também podem ser explorados em estudos futuros.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL – AtlasBR. **Perfil: Iguai-Bahia**, s.d. Disponível em: <https://bityli.com/Cw8Lq>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BAHIA. **Decreto n. 10.194, de 27 de dezembro de 2006**. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA da Serra do Ouro, no Município de Iguai, e dá outras providências. Governo do Estado da Bahia: Salvador, 2006. Disponível em: encurtador.com.br/ceiG3. Acesso em: 22 fev. 2023.

_____. **Lei n. 12.933, de 9 de janeiro de 2014**. Institui a Política Estadual de Turismo, o Sistema Estadual de Turismo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 9 jan. 2014. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-12933-de-09-de-janeiro-de-2014>. Acesso em: 9 jul. 2023.

BARBOSA, Fábila Fonseca. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de Geografia**, v. 6, n. 14, p. 107-114, 2005. Disponível em: <https://bityli.com/hvf1o>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Mapa do Turismo 2022. **Regiões Turísticas: Caminhos do Sudoeste**. Disponível em: encurtador.com.br/mpOQV. Acesso em: 23 fev. 2023.

_____. Ministério do Turismo. Mapa do Turismo 2025. **Regiões Turísticas: Caminhos do Sudoeste**. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 20 out. 2025.

_____. Ministério do Turismo. **Radar do Turismo: informação estratégica do turismo no Brasil**. Boletim Mensal de Estatísticas do Turismo, Brasília, 2022b. Disponível em: <https://encurtador.com.br/uFKN3>. Acesso em: 20 jul. 2023.

_____. **Ministério da Educação**. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB 2021. Brasília, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Biblioteca Digital FGV, 2006. Disponível em: <https://bityli.com/cOvG5>. Acesso em: 23 fev. 2023

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro, 2002: Garamond. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/8794>. Acesso em: 20 fev. 2024.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo. Atlas, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE CIDADES. **Iguai: Panorama**. [s.d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/iguai/panoram>. Acesso em: 21 fev. 2023.

IGUAÍ. **Decreto nº 057/2017** de 12 de julho de 2017. Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Turismo Eco Social Responsável, na forma que especifica e dá outras providências. Disponível em: <https://encurtador.com.br/yzTZ6>. Acesso em: 4 de jul. de 2023.

LOBO, Heros Augusto Santos; MORETTI, Edvaldo Cesar. Ecoturismo: As práticas na natureza e a natureza das práticas em Bonito, MS. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 2, n. 1, p. 43-71, 2008. Disponível em: <https://rbtur.org/rbtur/article/view/94>. Acesso em: 25 fev. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organizações & Sociedade**, v. 11, p. 95-113, 2004. Disponível em: <https://encurtador.com.br/mnsX5>. Acesso em: 7 jul. 2023.

MÜLLER, Dalila, *et al.* O despertar do turismo no Brasil: A década de 1970. **Tourism & Management Studies**, n. 1, p. 692-700, 2011. Disponível em: <https://bityli.com/Ril6a>. Acesso em 23 fev. 2023.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. Desenvolvimento Local: Quo Vadis?. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, p. 1698-1714, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5520/552068329011/552068329011.pdf>. Acesso em 10 fev. 2024.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **O que é turismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2013.

PREBISCH, Raúl. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. *In*: BIELSTHOWSKY, Ricardo (Org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL** (vol. 1 e 2). São Paulo: Record, 2000.

ROSA, Paula. Em 2023, atividade turística deve movimentar US\$ 9,5 trilhões na economia mundial, indica estudo da WTTC. **Ministério do Turismo**, Brasília, 28 abr. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/aimnv>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SANTOS, Cristiane de Jesus; MAIA, Meirilane Rodrigues. Potencialidades para o Ecoturismo no Município de Iguaí/BA. **Revista Geoaraguaia**, v. 12, n. 2, p. 106-124, 2022. Disponível em: <https://bityli.com/a63fR>. Acesso em: 22 fev. 2023.

SILVA, Tatiane Evaristo da, *et al.* Ecoturismo e Educação Ambiental nas trilhas guiadas no Vale do Capão (BA). **Revista Brasileira de**

Ecoturismo (RBEcotur), v. 14, n. 3, 2021. Disponível em: <https://bityli.com/rDdP8>. Acesso em: 25 fev. 2023.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. **Municípios: Estatísticas dos Municípios Baianos: Médio Sudoeste da Bahia**, 2013. Disponível em: <https://bityli.com/M4zx1>. Acesso em: 21 fev. 2023.

_____. Indicadores Municipais: **Iguaí**, 2019. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/municipio/indicadores/indicadores_2913507.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

_____. **Boletim das Atividades Características do Turismo da Bahia**. Salvador, 2022. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bactba/bactba_2022.pdf Acesso em: 19 jul. 2023.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.134 p. Disponível em: <https://bityli.com/PSkvj>. Acesso em: 20 fev. 2023.

Sobre os Autores

José Antônio Santos da Silva

Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Especialista em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional pela (UESB).

Marisa Oliveira Santos

Doutora em Memória, Linguagem e Sociedade pela UESB. Professora Adjunta da UESB. Membro do Museu Pedagógico (UESB) e Membro Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Trabalho e Educação (MP/UESB).